



Compras da agricultura familiar e de produtos agroecológicos para a alimentação escolar, em municípios do sul e sudoeste de Minas Gerais.

Purchases of products from family farmers and of agroecological products for school feeding, in municipalities in the south and southwest of Minas Gerais.

ASSIS, Thiago Rodrigo de Paula¹; FONSECA, Daniel Willian Salustiano Vale da²

¹ Professor da Universidade Federal de Lavras, thiagoassis@ufla.br; ² Bolsista PIBIC/UFLA da Universidade Federal de Lavras, daniel.fonseca@estudante.ufla.br

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo: A compra da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) está entre as principais políticas voltadas a estes atores sociais. No âmbito do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Sul e Sudoeste de Minas Gerais (Polo) uma das temáticas que vêm sendo trabalhadas é a das políticas públicas e agroecologia, ganhando destaque o PNAE. Este resumo visa analisar as compras da agricultura familiar e de alimentos orgânicos/agroecológicos nos municípios do Polo. A metodologia consistiu no levantamento e análise de dados secundários disponibilizados pelo Sistema de Gestão de Prestação de Contas - SIGPC, para os 153 municípios do Polo, entre 2018 a 2021. Os resultados apontam que 138 municípios compraram menos de 30% da agricultura familiar e somente 22,9% adquiriram orgânicos, em pelo menos um dos anos analisados. Isso indica espaço para sensibilização e melhor articulação para compra da agricultura familiar e de produtos orgânicos/agroecológicos no PNAE.

Palavras-chave: polo agroecológico; orgânicos; PNAE.

Introdução

Nos últimos anos, as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar passaram por um processo de desmonte, com grande corte de recursos, e inclusive paralisação de algumas delas. Nesse contexto ganha destaque a aquisição de alimentos da agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Uma grande vantagem dessa política pública, é que os recursos para a alimentação escolar, são previstos em lei. Dessa forma, independente da conjuntura política, são feitos repasses obrigatórios por parte do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o financiamento da alimentação escolar a todas as escolas do ensino fundamental do país. Sendo assim, ao contrário das demais políticas, os recursos para a compra da agricultura familiar no PNAE não variam de acordo com as negociações orçamentárias realizadas todos os anos, que geram incerteza quanto ao montante de recursos que serão efetivamente disponibilizados para cada política pública.



Porém, apesar de ter recursos garantidos por lei, a efetiva compra da agricultura familiar ainda depende de outros fatores. De acordo com a lei 11.947/2009 e normativos posteriores, no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE para a alimentação escolar devem ser utilizados para a compra da agricultura familiar, podendo chegar a 100%. Mas, nem sempre isso ocorre. Da mesma forma, nem sempre são cumpridos os dispositivos que estimulam, no âmbito da aquisição da agricultura familiar, a aquisição de produtos orgânicos. Nestes casos, deixa-se de aplicar recursos valiosos para a promoção da agricultura familiar e da sustentabilidade na produção e consumo de alimentos.

No ano de 2021, foi instituído, por meio do Projeto de Lei número 23.939 de 23/06/2021, o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Sul e Sudoeste de Minas Gerais (Polo), com o objetivo de promover e fomentar o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica nas regiões sul e sudoeste do estado (MINAS GERAIS, 2021). O Polo é fruto da articulação de organizações de agricultores/as, movimentos sociais, instituições de ensino tecnológico e superior, e organizações não governamentais, que atuam nas temáticas ligadas à agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. No total abrange 153 municípios.

Entre as temáticas discutidas e estimuladas no âmbito do Polo está a das políticas públicas e agroecologia. Sendo assim, visando contribuir com essa discussão, o objetivo deste estudo foi analisar as compras da agricultura familiar e a compra de alimentos orgânicos/agroecológicos nos municípios que integram o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Sul e Sudoeste de Minas Gerais, entre os anos de 2018 e 2021. Com base nisso, espera-se identificar os microterritórios onde essas aquisições estão acontecendo de forma positiva, e aqueles onde recursos estão deixando de ser utilizados, de forma a dar elementos para estimular a melhoria da política pública.

Metodologia

A metodologia utilizada envolveu a obtenção de dados secundários disponibilizados pelo FNDE por meio do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (Contas Online) (SIGPC/FNDE). O estudo foi realizado a partir da obtenção de dados dos 153 municípios dos territórios Sul (119 municípios) e Sudoeste de Minas (34 municípios), delimitados na Lei nº 23.939 de 2021 (MINAS GERAIS, 2021).

Para cada município foram extraídos os dados sobre o repasse total realizado pelo FNDE às escolas, o valor efetivamente adquirido da agricultura familiar, a diferença entre o valor adquirido e, os 30% mínimos, e o percentual de aquisição da agricultura familiar, considerando os anos de 2018 a 2021. Além disso foram extraídos os dados sobre a compra de produtos orgânicos/agroecológicos. Cabe ressaltar que neste último caso, os dados disponibilizados apenas informam se



houve ou não a aquisição de alimentos orgânicos/agroecológicos, e não há informações sobre os valores adquiridos.

Os dados foram tabulados em planilha Excel para efeito de totalizações por município, microterritório e território. Para o caso do território Sul de Minas, são apresentados dados agregados pelos microterritórios de Alfenas (15 municípios), Itajubá (15 municípios), Lavras (10 municípios), Poços de Caldas (5 municípios), Pouso Alegre (33 municípios), São Lourenço (24 municípios), Três Corações (6 municípios), Três Pontas (6 municípios) e Varginha (5 municípios). Para o território Sudoeste, são apresentados dados agregados nos microterritórios de Guaxupé (11 municípios), Passos (17 municípios) e São Sebastião do Paraíso (6 municípios). Para um dos municípios (Ijaci) não havia dados lançados no sistema para os anos de 2019 a 2021.

Resultados e Discussão

A partir da Tabela 1 (a seguir), percebe-se que os recursos totais repassados pelo PNAE para os municípios do Polo representam, nos quatro anos pesquisados, um valor de R\$ 122.115.795,02. O total adquirido da agricultura familiar nestes 4 anos foi de R\$ 39.706.536,12, o que representa, na média, 32,52% do total dos recursos repassados. Sendo assim, representam uma aquisição a mais, na média, de R\$ 3.071.797,61 em relação ao mínimo de 30% previsto em lei (R\$ 36.634.738,51).

Porém, quando se analisa por microterritórios, observa-se que existe uma diferença entre eles. O microterritório de Varginha é o que adquiriu, em média, o maior percentual da agricultura familiar no período analisado, com uma média de 43,37%, seguida do microterritório de Alfenas (40,77%). Dos 9 microterritórios do Sul de Minas, apenas três não compraram, na média, o mínimo de 30% (Lavras, São Lourenço e Três Pontas), sendo o menor percentual o do microterritório de Lavras (18,26%). Neste último caso, nos 4 anos estudados, deixaram de ser comprados da agricultura familiar um total de R\$ 843.097,29.

Os fatores que influenciam na compra da agricultura familiar para a alimentação escolar são diversos. Entre os fatores que dificultam, estão a pouca divulgação das chamadas públicas, ausência ou não cumprimento de um cronograma de entrega dos alimentos, inadequação dos cardápios em relação à não solicitação de produtos da agricultura familiar da região ou o pagamento de preços baixos, dificuldade da agricultura familiar em obter selo de inspeção para produtos animais e processados, problemas para embalagem, conservação e distribuição dos alimentos para as escolas por parte dos agricultores/as, entre outros (ASSIS et al, 2019; CRUZ; ASSIS, 2019). Entre os fatores que contribuem para as compras estão a organização dos agricultores/as, a presença de sindicatos dos agricultores, a boa interlocução e articulação com as entidades executoras, o conhecimento/mapeamento sobre a vocação agrícola da região, entre outros. (ANJOS et al. 2022; PORRUA et al, 2020)



TABELA 1. Total repassado pelo FNDE, valor adquirido da agricultura familiar, diferença entre o mínimo de 30% e o valor efetivamente adquirido, e percentual adquirido da agricultura familiar, entre os anos de 2018 a 2021..

Território Microterritório	Total repassado de 2018 a 2021	Valor adquirido da agricultura familiar	Diferença entre o valor adquirido e os 30% mínimos	% adquiri do da AF
Sul				
Alfenas	R\$ 11.790.247,62	R\$ 4.807.164,08	R\$ 1.270.089,79	40,77
Itajubá	R\$ 7.295.648,05	R\$ 2.498.182,93	R\$ 309.488,52	34,24
Lavras	R\$ 7.182.897,59	R\$ 1.311.771,99	-R\$ 843.097,29	18,26
Poços de Caldas	R\$ 13.646.605,20	R\$ 4.340.969,87	R\$ 246.988,31	31,81
Pouso Alegre	R\$ 29.367.744,96	R\$ 10.020.547,66	R\$ 1.210.224,17	34,12
São Lourenço	R\$ 9.694.860,97	R\$ 2.867.663,04	-R\$ 40.795,25	29,58
Três Corações	R\$ 5.471.579,40	R\$ 1.907.825,08	R\$ 266.351,26	34,87
Três Pontas	R\$ 5.673.159,40	R\$ 1.521.671,75	-R\$ 180.276,07	26,82
Varginha	R\$ 7.489.348,20	R\$ 3.247.782,24	R\$ 1.000.977,78	43,37
Sub total Sul	R\$ 97.612.091,39	R\$ 32.523.578,64	R\$ 3.239.951,22	
Sudoeste				
Guaxupé	R\$ 8.238.996,30	R\$ 2.537.772,60	R\$ 66.073,71	30,80
Passos	R\$ 11.148.081,53	R\$ 2.984.997,55	-R\$ 359.426,91	26,78
São Sebastião do Paraíso	R\$ 5.116.625,80	R\$ 1.660.187,33	R\$ 125.199,59	32,45
Sub total Sudoeste	R\$ 24.503.703,63	R\$ 7.182.957,48	-R\$ 168.153,61	
TOTAL	R\$ 122.115.795,02	R\$ 39.706.536,12	R\$ 3.071.797,61	

Fonte: elaborado pelos autores a partir de SIGPC/FNDE.

É necessário, entretanto, chamar atenção ao fato de que esses percentuais são bem diferentes em relação aos anos analisados, conforme é possível observar na Tabela 2, a seguir. Nela é possível perceber que a o percentual médio de aquisição anual foi de 43,58% em 2018 e 47,86% em 2019. Já nos anos de 2020 e 2021 caíram para 25,26% e 15,63% respectivamente. Esses dois anos coincidem com o período pandêmico, que levou à suspensão das aulas presenciais. Percebe-se que mesmo com o incentivo para que as escolas adquirissem cestas a serem entregues aos estudantes, o percentual e valores adquiridos tiveram uma grande queda.



TABELA 2. Totais repassados, valor e percentual adquirido da agricultura familiar por ano.

Ano	Total repassado	Valor adquirido da agricultura familiar	% adquirido
2018	R\$ 29.551.991,68	R\$ 12.879.950,27	43,58
2019	R\$ 28.857.188,28	R\$ 13.811.078,07	47,86
2020	R\$ 31.776.878,58	R\$ 8.025.869,47	25,26
2021	R\$ 31.929.736,48	R\$ 4.989.638,31	15,63
Totais	R\$ 122.115.795,02	R\$ 39.706.536,12	32,52

Fonte: elaborado pelos autores a partir de SIGPC/FNDE.

Um outro aspecto a analisar é que esses dados estão agregados. Quando se analisa a situação em cada município, percebe-se que alguns possuem melhores desempenhos. Do total de 153 municípios, 86 (56,21%) utilizaram 50% ou mais dos recursos para a compra da agricultura familiar, em um ou mais dos anos analisados. Neste caso, o que foi comprado acima dos 30% mínimos exigidos representa uma injeção adicional de R\$ 10.557.535,20 nos 4 anos analisados. Desses, 16 utilizaram mais de 100% dos valores repassados, em pelo menos um dos anos analisados. Por outro lado, 138 municípios compraram menos de 30% em pelo menos um dos anos, representando R\$ 10.674.945,47 que deixaram de ser utilizados. Destes, 81 declararam não ter comprado nada da agricultura familiar em pelo menos 1 ano, sendo a grande maioria nos exercícios de 2020 e 2021, durante a pandemia de coronavírus. Deste total, 14 municípios deixaram de adquirir o mínimo de 30% da agricultura familiar em todos os 4 anos analisados.

Já em relação à compra de alimentos orgânicos/agroecológicos, 35 dos 153 municípios (22,9%) compraram este tipo de alimento em pelo menos um dos anos analisados. Somente 7 municípios compraram alimentos orgânicos/agroecológicos nos 4 anos. Um dos fatores que ajudam a explicar estes números tem a ver com o fato de que, para que as escolas comprem os produtos como orgânicos/agroecológicos, eles devem ser certificados/cadastrados como orgânicos. Quando se analisa o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), com dados de 01 julho de 2023 (MAPA, 2023), são 539 agricultores/as pertencentes ao território do Polo cadastrados como produtores orgânicos, distribuídos em 89 municípios, dos 153 totais. Isto pode dificultar o acesso a produtos orgânicos, ainda que possam ser comprados de outros municípios, regiões e estados. Apesar disso, vale ressaltar que em 58,2% dos municípios do Polo existe pelo menos um/a agricultor/a orgânico cadastrado. Sendo assim, é possível uma maior compra. Porém, outro fator que pode interferir são os maiores valores a serem pagos por produtos orgânicos, tendo em vista que podem ter um acréscimo de até 30% em relação aos preços dos produtos convencionais. Acredita-se então que, para que aumente a aquisição de produtos orgânicos/agroecológicos, é necessário que as prefeituras tenham consciência da importância socioambiental dos produtos orgânicos.



Conclusões

Os dados analisados permitem observar que ainda há muito espaço para avançar para a melhoria das compras da agricultura familiar no PNAE nos municípios do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Sul e Sudoeste de Minas Gerais. Levando em conta os municípios que não adquiriram o mínimo de 30% da agricultura familiar, observa-se que deixaram de ser investidos um total de R\$ 10.674.945,47 nos 4 anos analisados. Por outro lado, considerando os municípios que compraram acima dos 30% mínimos exigidos, foi realizada uma aquisição adicional de R\$ 10.557.535,20. Neste sentido, existe espaço para a atuação junto aos municípios visando estimular a aquisição da agricultura familiar, e inclusive para troca de experiências entre aqueles que conseguiram utilizar 100% dos recursos do FNDE e os que têm enfrentado dificuldades. Por outro lado, o fortalecimento das organizações da agricultura familiar e unidades familiares é fundamental para a busca dessa melhoria.

Em relação aos produtos orgânicos agroecológicos um primeiro passo pode ser a sensibilização das entidades executoras do PNAE nos municípios para a compra dos alimentos agroecológicos/orgânicos, além de esforços para uma maior aproximação e articulação entre produtores/as agroecológicos e estas entidades executoras.

Referências bibliográficas

ANJOS, Isabela Antunes dos, et al. Factors associated with the purchase of family farming products for national school feeding program in Minas Gerais in 2017, Brazil. **Ciência Rural**, v.52, n.4, p. 1-7, 2022.

ASSIS, Thiago Rodrigo de Paula, et al. Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios. **Revista de Economia e Sociologia Rural** [online], v. 57, n. 4, 2019.

CRUZ, Suely Ferreira da; ASSIS, Thiago Rodrigo de Paula. Contribuições de três organizações para a comercialização da agricultura familiar no PNAE, no território sul litorâneo do ES. **Interações**, Campo Grande, v. 20, n. 3, p. 737-752, jul./set. 2019.

MINAS GERAIS. **Lei nº 23.939 de 23 de setembro 2021**. Institui o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Sul e Sudoeste de Minas Gerais. 2021.

MAPA. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>> Acesso em: 07 de jun de 2023.

PORRUA, Priscila, et. al. Avaliação da Gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar sob a ótica do fomento da agricultura familiar. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 28, n. 3, p. 426 – 437, set 2020.